

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Concurso público para provimento de cargos vagos de Advogado da União de 2.ª Categoria

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROVA ORAL - QUESTÃO 3

Pedro, servidor público federal, recebia, antes da alteração promovida pela Emenda Constitucional n.º 19/1998, determinada gratificação. Posteriormente, foi enquadrado no regime remuneratório de subsídio. Por consequência, parou de receber essa gratificação, mas não houve alteração no valor nominal de sua remuneração global. Pedro apresentou requerimento administrativo no órgão público onde trabalha, alegando a existência de direito adquirido à continuidade do recebimento da gratificação.

Considerando a situação hipotética apresentada e a jurisprudência atual do STF, responda, de forma justificada, às indagações que se seguem.

- Pedro tem direito adquirido à continuidade do recebimento da gratificação?
- O poder constituinte derivado reformador deve, também, respeitar o direito adquirido?